

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB**

Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD

Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com  
Ênfase em EJA

**JOSÉ NILDO DE SOUZA**

**PROJETO DIVERSIDADE  
OU  
A CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL:**

As influências da linguagem corporal na ressocialização de  
jovens e adultos condenados a pena de prisão.

**BRASÍLIA, DF**

**Julho de 2010.**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD  
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em  
EJA

**PROJETO DIVERSIDADE  
OU  
A CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL:**

As influências da linguagem corporal na ressocialização  
de jovens e adultos condenados a pena de prisão.

JOSÉ NILDO DE SOUZA

Profª Orientadora: Elizabeth Danziato Rego

Profº Tutor: Airan Almeida de Lima

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD  
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em  
EJA

JOSÉ NILDO DE SOUZA

**PROJETO DIVERSIDADE  
OU  
A CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL:**

As influências da linguagem corporal na ressocialização  
de jovens e adultos condenados a pena de prisão.

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários para obtenção  
do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos

Elizabeth Danziato Rego

Professor Orientador

Airan Almeida de Lima

Tutor Orientador

Rogério de Andrade Córdova

Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF Julho/2010

Dedico este projeto a todos aqueles que acreditam na reintegração de jovens e adultos condenados à pena de prisão; aqueles que não menosprezam a fraterna beatitude da ternura e da compaixão presente nos corações de todos os seres, fruto e processo das interações que se constroem com as emoções vividas - os símbolos restauradores da vida presentes na alma das Obras de Arte, os laços solidários que fertilizam a reconstituição dos arquétipos criadores de signos e formas originais de criação artística.

## **Agradecimentos**

À Prof<sup>a</sup> Orientadora, Elizabeth Danziato Rego pela motivação dedicada à temática da pesquisa propondo caminhos de aprendizagens para situações de ensino focadas na diversidade de paradigmas e estratégias metodológicas para fomentar atuações ressocializadoras para jovens e adultos condenados à pena de prisão.

Ao Prof<sup>o</sup> Tutor e companheiro de jornadas educativas na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Airan Almeida de Lima, pelo acompanhamento nos fóruns colaborativos de aprendizagem e partilhas solidárias na busca de caminhos viáveis para intervenção ressocializadora no contexto de jovens e adultos em situação de restrição de liberdade.

Ao corpo gestor e coordenadores do Curso de Especialização em Educação e Diversidade na Cidadania com Ênfase em Educação de Jovens e Adultos

Aos colegas da Turma “E” e demais alunos (as) pela apreciação dos textos poéticos que concebi e relatei nos fóruns colaborativos na tentativa de impulsionar estratégias alternativas de ensino em EJA para amplos segmentos visando à integração de processos pedagógicos humanizadores entre os profissionais da educação e situações de aprendizagem que procuram a reunificação das dimensões expressivas dos nossos sujeitos aprendizes em seus aspectos criadores e socioafetivos revitalizadores.

Ao Complexo Penitenciário da Papuda e Penitenciária Feminina do Distrito Federal - diretores, professores, alunos (as) sentenciados (as), policiais, agentes e técnicos.

A Diretoria Executiva da FUNAP.

A Administração da SESIPE (Subsecretaria do Sistema Penitenciário).

“A utopia está no horizonte/Me aproximo dois passos/Ela se afasta dois passos/Caminho dez passos/E o horizonte corre dez passos/Por mais que eu caminhe/Jamais alcançarei/Para que serve a utopia?/Serve para isto: para que eu não deixe de caminhar”.

Eduardo Galeano.

“Talvez uma das lições mais dramáticas e importantes que aprendemos nos últimos três anos é a de que todos os elementos de nossa sociedade refletem e se caracterizam por trezentos anos de dominação colonial e pelo apartheid. O país que herdamos é essencialmente estruturado de forma a nos negar a possibilidade de atingir a meta de uma nova sociedade centrada no povo”.

Nelson Mandela

“Um ser que se busca” /Eis aquele que é sabedor do que ignora/E daquilo mesmo que ignora, sente que é aprendiz/ Um ato político nasce, então, do amor pelo que vive/Estando oprimido, excluído ou mesmo encarcerado percebe uma autoconsciência no seu próprio ser que agora é locutor de sua fala/Um diálogo torna o coração e a alma clara/Reconhece que a incompletude do que sabe forma a construção dos outros membros/ um “nós” de pés, ombros, mãos, braços que semeiam abraços.

Uma tentativa de poematizar a libertação freireana  
José Nildo de Souza

## Resumo

O Projeto de Intervenção Local “A Construção do Ser Social” trata de contribuições para a formulação de uma Matriz Curricular em Educação de Jovens e Adultos que se encontram em situação de restrição de liberdade. O trajeto reflexivo do curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com Ênfase em EJA demarca a preocupação dos educadores no redirecionamento de proposições e práticas educativas que possam evidenciar ações colaborativas entre as vivências dos nossos sujeitos aprendizes, o seu fazer específico dotado de temas próprios, estilos e modos de ser – índios, quilombos, camponeses – com as argumentações temáticas emergentes deste meio de atuação – meio ambiente, reconhecimento de gênero e sexualidade, relações étnico raciais, educação especial e inclusiva.

Incluem-se nesta jornada as possibilidades educativas de formação para o mundo do trabalho, os modos peculiares de se fazer educação partindo das especificidades dos sujeitos jovens e adultos, bem como os fenômenos reintegradores dos educandos (as) sentenciados (as). A necessária contextualização da história de suas vidas demonstra o perfil do educando (a) preso (a) que constitui base e capilaridade para a fundamentação do projeto interventivo local: atuação com populações penitenciárias de vulnerabilidades criminais, drogadição, profundos estágios de exclusão social, estigma de origens de classe, presença identitária de uma etnia racial propicia aos fenômenos da reclusão criminalizatória e preconizadora de gêneros coletivos especificamente determinados aos porões penitenciários punitivos - mães negras solteiras, moradores das periferias suburbanas, assentamentos populacionais abandonados de cuidados básicos de higiene e escoamento de esgoto, luz elétrica e água potável <sup>1</sup>.

Estes caracteres que estigmatizam gerações inteiras de jovens, adultos, mulheres, adolescentes e crianças representam processos de exclusão impostos historicamente – fenômeno paradigmático de luta de classes e sobreposição de gêneros, crenças e etnias que constitui o “cerne” da formação social brasileiros - suplantados por uma mentalidade ou atitude de apropriação individualista do saber e das áreas curriculares. O cenário descrito legitima a execução de normas, regras e formas de controlar os modos de se conceber e exercer a prática pedagógica dos educadores na seleção, planejamento e organização dos conteúdos, métodos e formas de produção do conhecimento e do saber do nosso sujeito aprendiz.

Contudo, o mergulho na diversidade nativa das origens culturais brasileiras vem descortinando ações pedagógicas de raízes plurais que convivem, ora com proposições solidárias, ora com estados de tensionamento conflituoso. Neste quadro que se configura, co-existe uma experiência exitosa: o Projeto “A Construção do Ser Social”, criado pelo educador penitenciário, professor José Nildo de Souza, que utiliza inovadora técnica da Teatralidade Precária<sup>2</sup> na ressocialização de detentos/detentas. Esta prática é institucionalizada pelo

---

<sup>1</sup> Cartilha do Ser Social, José Nildo de Souza, Brasília, julho de 2007.

<sup>2</sup> Linguagem Corporal Reclusa que o autor chama de “precária” em função das condições mínimas de recursos que podem estar presentes nas aulas de arte, em educação prisional. No ator reside a essência

convênio entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP <sup>3</sup>.

---

do teatro e isto estimula a busca por formas de expressão mais estéticas, contribuindo para a construção do ser social. (Souza, 2006).

<sup>3</sup> “A Ressocialização de Detentos Através da **Teatralidade Precária**” - O caso do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Jadete Nóbrega Rodrigues, MEC/ENAP, 2008.



## SUMÁRIO

1. CONCEPÇÃO	10
2. ROTEIRO BÁSICO	16
2.1 Dados de Identificação do Proponente	16
2.2 Dados de Identificação do Projeto	16
2.3 – Instituição	17
2.4 – Público ao qual se destina	17
2.5 – Período de execução	17
3. AMBIENTE INSTITUCIONAL	17
3.1 Um Pouco de História	18
3.2 Estrutura das Atividades Educacionais da FUNAP no Regimento Interno Agosto de 1988	20
3.3 Estatuto da FUNAP/DF	20
3.4 Projeto Político Pedagógico em Educação nas Prisões da FUNAP/DF: Um Histórico de lutas	22
4. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	24
4.1 A Caracterização do Problema	25
5. OBJETIVOS	29
6.ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES	30
7. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DO PIL	31
8. PARCEIROS	32
9. RECURSOS E ORÇAMENTO	33
10.AVALIAÇÃO	33
11. REFERÊNCIAS	38

## 1 – CONCEPÇÃO

“Eu vejo que aprendi  
o quanto te ensinei”.  
Renato Russo.

Os relatos vividos<sup>1</sup> - jornadas e fruições emotivas - e a efetivação dos resultados a partir do contexto cultural dos educandos sentenciados - elemento “sui generis” para desencadear parâmetros e ações restaurativas com a arte educação – representam fenômenos propulsores da justiça e direitos humanos e constituem as bases conceituais do Projeto de Intervenção Local “*A Construção do Ser Social: As Influências da Linguagem Corporal na Ressocialização de Jovens e Adultos Condenados à Pena de Prisão*”. E aqui reverbera – se modos de pensar e agir alinhados com nossas opções de mundo. Existencializar o humano e humanizar a existência integrando concepção e práxis a partir da compreensão sentida na interioridade do “ser” oprimido. É lá onde se vê e se vive as condições deste sujeito excluído - seus traços, laços e desenlaces, seus ecos gritantes e as vozes inaudíveis murmurantes.

Porém, permanecem visíveis a nós. Embora delas fuçamos incessantemente. Há um tipo de sociedade que compõe este indivíduo em suas estruturas formativas. É esta mesma sociedade que oculta com seus métodos opressivos vozes e ecos de consciências dissimulados sob a égide do consumo, do mercado, da edificação dominante de valores individualistas.

A existencialidade humana infunde-se na dimensão da consciência oprimida. Produz no indivíduo um sentido de busca por uma práxis libertadora do “ser social” que em si está reclusa. Agora serão corporificados pelos “entes coletivos” de classe, gênero, etnias e crenças. E destas irradiadas semiluzes desocultam-se o que antes estava ofuscado pelas nossas lentes de aparências reticentes – os estigmas velados no meio social que aprisionam as oportunidades humanas de tornar-se um cidadão digno dos propósitos fraternais da vida.

A educação em arte sob a perspectiva do ser carcerário aborda o fazer, o apreciar e a reflexão sobre as produções estéticas progenitoras de identidades e fenômenos da reconstrutividade ética e estética de jovens e adultos em situação de restrição de liberdade. Vivências e trajetórias dos educandos se desdobram neste percurso criador. E valores explicitam-se demonstrando aspectos interrelacionais entre temáticas inquietantes presentes no universo cultural dos sentenciados – dependência química, a luta pela dignificação da justiça social, violência urbana, círculos de

---

<sup>1</sup> Trata-se de vivências e trajetórias desenvolvidas pelo autor deste Projeto de Intervenção Local que se iniciou no ano de 1987 na Fundação Rondon / Decanato de Extensão da UnB como educador de rua e em atendimento socioeducativo a jovens e adolescentes infratores penais.

amizade, criminalização, perda do direito de ir e vir, desestruturação familiar, desemprego, tráfico de drogas, separação conjugal, abandono dos estudos, etc – e os conteúdos do currículo de ensino em sua diversidade de áreas e conhecimentos – códigos e linguagens, Ciências da Natureza, Sociais e Humanas.

Fatores que integram conteúdos e vivências revelam traços e condutas característicos dos detentos (as) como parâmetro mediador entre o saber vivido e o conhecimento sistematizado – modos de pensar e agir, a cultura como referencial de unidade na multiciência, os símbolos, arquétipos, códigos, enigmas e decifrações desencadeadoras de atitudes. Vincula-se ao ambiente vivencial dos encarcerados costumes herdados nas trajetórias de vulnerabilidades sociais, hábitos, heranças e valores ressignificados agora sob o olhar do teatro, um cenário aberto para reprodução/restauração da realidade.

Como elo conceitual para o Projeto de Intervenção Local temos a ferramenta para cultivar um solo fértil de conhecimentos e percepções vividas: a realidade do cárcere fomentadora de lutas e desafios para o fenômeno educativo. Desdobram – se, a partir daí, conflitos para se efetivar direitos contextualizados no cerne mesmo desses desafios. Um terreno comum se revela para empreendermos pesquisas. Porém, há que se preparar para enfrentamentos dialógicos. Ao lidarmos com saberes e indivíduos que viveram ou foram postos à margem das formulações de paradigmas e currículos oficiais de ensino, os processos de rupturas com as estratégias formais de aprendizagem – conflitos pedagógicos entre a transmissão ativa / passiva do conhecimento – são explicitados. Emergem-se daí, os estigmas, tabus e modelos historicamente condicionados e tendenciosos próprios da relação professor / aluno. E o foco de ressonância para se desvelar aberturas propositivas neste cenário funda uma prática ressocializadora aliada às estratégias de criação coletiva.

O educando recluso edifica o seu saber em círculos. A palavra dita, cantada e interpretada é cativada da sua condição vivida. Assim, o teatro nasce na configuração arriscada e delicada do cárcere. Intitula-se, desta forma, para efeito de uma diagramação interventiva focada em educação nas prisões, a vivência da “teatralidade precária da cena cela”<sup>2</sup> - que representa um ato detido na consciência do gesto presente no instante fluídico da ação.

---

<sup>2</sup> Termo criado pelo autor desse PIL para designar um modo peculiar de se fazer teatro nas prisões que parte do risco como fenômeno integrador da linguagem expressiva evocando a estranheza do comovente como provocação efetiva para desencadear tomada de decisões frente à eminência da contenção corporal reclusiva.

O sujeito protagonista de sua história vê agora o seu próprio estar no mundo. E a cena do precário oferta-lhe a oportunidade de colocar-se no lugar do oponente transmutando-se assim igualmente em antagonista. Eis aqui a feição de um conflito interno instalado pela composição homogênea de um duplo personagem na interpretação do ato.

Um elo se faz então na corporeidade que toma de assalto a verdade da circunstância presentificada: um conflito que explicita o seu verso e anverso. E a sua resolução se constituirá na aceitação da pluralidade no diverso. Ou seja, mergulha-se pelo filtro da ação/reflexão/ação em um espelho ilustrativo do cenário que se compõe na teatralidade celada: o oprimido opressor e o opressor oprimido. E a síntese deste conflito faz o sujeito do conhecimento emergir da práxis cartásica que revive. Sua identidade é alma emérita individualizada no ente coletivo dotado de mãos, braços, olhos, ombros que se fazem abraços. E sua maneira de aprender é viver o que aprende.

O valor da aprendizagem brota então daquilo mesmo que o constitui: sua linguagem expressiva e sua intencionalidade exposta e reclusa. Sua voz agora se constitui um canto, um gesto difuso diante de um mundo que não lhe vê. Mas, antes lhe infunde estigmas. E a ocasião para representar sua libertação é vivida naquilo que sente e experiencia: a cena do precário mostra-lhe como é, o que foi e o projeto do seu próprio ser: *um ser social que se constrói, protagonizando a si enquanto ente coletivo.*

A concepção de um projeto interventivo para o regime penitenciário traduz a busca ontológica de uma consciência de libertação do ser oprimido pela contextualidade de suas condições existenciais. Maneiras próprias para saber as percepções vividas no mundo do cárcere produzem um sentir-se no conhecendo e um conhecer-se sentindo. Tal concepção alimenta o fenômeno reflexão-diálogo, pois, os indivíduos percebem-se como seres isolados e imersos em um “outro mundo”, um “diverso” corpo coletivo que toma alma à medida que várias vozes juntas tornam-se laços de um eu único, o selo de um nós. Eis a descoberta transformadora que irá fazer a semeadura de um sentido para a emancipação ética e estética dos educandos sentenciados.

Saber fazer, saber ser e saber realizar<sup>3</sup>. Porém, uma questão acompanha o sentenciado (a): a sua voz se tornará audível no coletivo? Experimenta-se então pela necessidade do aceitar-se o exercício meditativo do silêncio em sua contemplação interior. É lá que está o ser celado. Calado pelo autoflagelo que lhe amputa o espírito motor do verbo sonoro. Daí nasce então o caminho para uma pedagogia da oralidade fluir. Não por querer ouvir tão somente a si. Mas, por flagrar em seu silêncio o cárcere que agora lhe exila. Sabiamente e com a leitura que o sofrimento lhe imprime, percebe que não há como fugir do que deve realmente aprender: reestruturar valores perdidos diante das grades humanas da humilhação. Vem então o desejo de libertar-se pela auditiva presença de uma essência que se descobre clássica – a música, o orientalismo transcendental, a africanidade, a sacralidade dos mitos ritualizados pela História, Teoria e Apreciação artística vividos durante as encenações da precariedade.

O professor observa no contexto diário da penitenciária que os homens e mulheres dentro do presídio estavam sempre de cabeça baixa, braços para trás e ombros encolhidos. Praticamente não havia integração entre eles. O desafio era mudar este quadro e para isso recorreu a Arte Clássica. Depois de apresentar aos presos (as) pinturas e músicas de artistas clássicos e românticos, o professor viu brotar nas aulas a sensibilidade de cada um. A referida concepção, intitulada pelo criador deste PIL como “A Teatralidade Precária” fundamenta-se em estudos de Obras de Arte da antiguidade clássica Greco-Romana – Helenismo, Classicismo, a concepção de beleza, proporção, harmonia e justa medida – Renascimento, Arte Africana, Orientalismo Espiritualista – deuses, mitos, arquétipos, símbolos – e poéticas imagéticas indígenas<sup>4</sup>.

Descobrir uma linguagem corporal própria do cárcere em conjunto com os detentos (as) revela a vivência de uma aprendizagem contextualizada a partir dos fenômenos físico-emotivos e sociais da expressividade reclusiva - a reconstrução de si, o olhar aterrorizado, a cabeça abaixada, a vergonha e o medo, a respiração curta, a apatia, a compulsão religiosa, a perda de controle emocional, os tabus e os preconceitos, o cuidado do corpo diante de sua degradação. Tal fenômeno não representa apenas uma cicatriz moral e psíquica nos educandos (as) sentenciados (as). Mas, a impressão mesma no corpo de uma estigmatizante exclusão de profundas

---

<sup>3</sup> PROEJA. MEC/SECAD. Brasília, 2009.

<sup>4</sup> A Perspectiva Histórico-Cultural e universalista dos signos expressivos artísticos como instrumento para leitura e inserção dos modos perceptuais dos sentenciados (as) representa uma versão cênico – estética para a teatralidade precária. José Nildo de Souza, Brasília, 2006.

raízes sócio-culturais sustentada pelos condicionantes históricos de uma segregação realizada entre classes, gêneros, crenças e etnias.

A referida perspectiva da linguagem corporal do cárcere desdobra a idéia de Campana sobre “a marca da prisão no corpo”<sup>5</sup> exigida pelo rigor das medidas disciplinares de segurança, sendo componente determinante nos modos e vivências edificadoras de aprendizagens éticas e estéticas para os educandos (as). A partir desta premissa, o educador ressocializador<sup>6</sup> concebeu práticas artísticas e estéticas visando à emancipação expressiva dos sentenciados: construção de ações cênicas, montagens coreográficas, exercícios sobre movimento expressivo, sistematização dos elementos da linguagem cênica, técnicas de fruição coreográfica, movimento estruturado tematizado, percepção interior do ritmo, experimentações criativas, diversificação das ferramentas que compõem o movimento (relacionamento, corpo, ações, dinâmica e espaço).

Das condições corporais evidenciadas no cárcere, emerge-se uma concepção anímica do sujeito aprendiz encarcerado. E o educador, colocando-se como ressocializador de um ser recluso, por destemida opção libertadora, trás para a sala de aula como conteúdo de interesse comum dos sentenciados, os movimentos, ritmos, sons e formas corporais próprias do cárcere.

Recria-se assim, a vida cotidiana que o sujeito aprendiz experimenta no período que cumpre a pena de prisão – exercícios cênico-coreográficos dotados de ações e atitudes que desencadeiam modos de conduta, hábitos e posturas inerentes à instituição disciplinar penitenciária. Estes referidos comportamentos e condicionantes influenciam a relação professor aluno na sala/cela de aula, pois, a linguagem corporal é instrumento “re” educativo determinante nas interações cênico criativa durante as aulas de EJA nas prisões. E vivências mediadoras tornam-se situações de aprendizagens por meio da inter-relação entre a linguagem corporal reclusa e as colaborações dos fenômenos da construtividade estética na formulação de uma matriz curricular identitária de vulnerabilidades criminais.

A preocupação dos pesquisadores no curso de Pós Graduação - Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na EJA da Universidade de Brasília - tem-se voltado para as enormes possibilidades educativas

---

<sup>5</sup> CAMPANA, A. R. Corpo, Pulsação, Expansão e Cidadania: Resgatando a Vida/Identidade. Centro Reichiano. Foz do Iguaçu, 2004.

<sup>6</sup> Professor José Nildo de Souza, criador do Projeto de Intervenção Local e da Prática de Reinscrição “A Construção do Ser Social”.

dos ambientes colaborativos de aprendizagem – Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede (CTAR). Nestes espaços educativos se potencializam mediações e partilhas interventivas na formulação de projetos locais voltados para as populações específicas camponesas, quilombolas e indígenas. Emergem-se destes sujeitos aprendizes versáteis temáticas sobre identidades expressivas – meio ambiente, o reconhecimento de gêneros, relações étnico-raciais e a educação especial.

Os fundamentos teóricos e metodológicos dos processos interativos que se constroem nos ambientes colaborativos de aprendizagem aplicados às vivências que o pesquisador obteve com os educandos (as) internos (as) do Complexo Penitenciário da Papuda por meio de atividade intitulada “A Teatralidade Precária ou A Linguagem Corporal Reclusa” <sup>7</sup> (desde fevereiro de 2006) apresentam a trama dos fenômenos humanos em sua comunhão com o mundo. É a representação simbólica do sagrado e do profano em seus ritos e magias, as formas singulares de tratar o humano no ser subjugado por padrões e condicionantes determinados por ambientes disciplinares “re” configuradores de formas e posturas corporais. Demonstram processos restauradores que utilizam a sensibilidade e a leitura corporal expressiva como categorias estéticas que não são classificadas somente lógica científica.

Este projeto propõe construir processos interventivos por meio da elaboração de práticas locais para atuação específica em ambientes disciplinares – penitenciárias, ala de tratamento psiquiátrico dos manicômios judiciários, centros de internamento e reeducação, abrigos e casas de detenção, unidades de tratamento de excepcionais, entre outros. Explicita as influências que os procedimentos disciplinares próprios destas instâncias institucionais exercem sobre o processo de ensino aprendizagem dos educandos em situação de restrição de liberdade.

Parte de intermediações construcionais com os ambientes colaborativos de aprendizagens edificando práticas culturais pluralistas que possam evidenciar a realidade contextual do cárcere, sua complexidade social, formação de ciclos identitários de gênero, classe, etnia e crenças. Utiliza a linguagem do cinema, da coreografia cênica e elementos musicais dispondo-os como subsídios basilares a gestualidade do movimento expressivo recluso e suas combinações graduadas para a

---

<sup>7</sup> Concepção do Profº José Nildo de Souza autor do referido Projeto de Intervenção Local a partir da agregação de uma diversidade de métodos e técnicas de aplicação do movimento estético expressivo: Laban; o Teatro Gestualidade; Teoria, História e Crítica da Arte; Arte Oriental e Africana; o Teatro Pobre de Grotowsky; Laboratório de Expressão (Olga Reverbel); a Pintura da Expressiva de Jackson Pollock; o Teatro do Oprimido de Augusto Boal; a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e a Complexidade Paradigmática em Edgar Morin.

emancipação ética e estética reintegradora de jovens e adultos condenados à pena de prisão - práticas laboratoriais e vivências estéticas corporais sentidas que surgem dos condicionantes impostos pelos procedimentos disciplinares da instituição prisional.

Estas referidas práticas artísticas reclusivas podem evidenciar a democratização de espaços para a educação formal e não formais - ambientes escolares e locais alternativos de aprendizagem. Porém, integram proposições curriculares sistematizadas – currículo oficial de EJA - e processos educativos diferenciados – experiências vividas no contexto do educando sentenciado - aspecto salutar para ações que combinem singularidades com identidades específicas para esta tipologia de ensino, fator propulsor da diversidade.

## **2 - ROTEIRO BÁSICO**

### **2.1 – Dados de Identificação do Proponente:**

**2.1.1 - Nome:** José Nildo de Souza

**2.1.2 - Turma:** E - Especialização em Educação, Diversidade e Cidadania na EJA.

**2.1.3 - Informações para contato:** (61) 3037 9162 (61) 9267 1771 (61) 8217 7796

Email: nileducarte@yahoo.com.br

### **2.2 – Dados de Identificação do Projeto:**

#### **2.2.1 – Título ou Identificação do Projeto**

Projeto Diversidade ou A Construção do Ser Social: As Influências da Linguagem Corporal na Ressocialização de Jovens e Adultos Condenados a Pena de Prisão.

**2.2.2 - Área de Abrangência:** Regional, Distrital e Local.

**Complexo Penitenciário de Brasília** - Rodovia - DF 465, Km 02, Fazenda Papuda.

**Centro de Internamento e Reeducação** – Rod. DF 465, Km 04 - CEP: 71619-970.

**Centro de Detenção Provisória** - Rodovia - DF 465, Km 04 - CEP: 72000-000.

**Penitenciária do I e II do DF** - Rodovia DF 465, KM 02- CEP: 71619-970.

**Centro de Progressão Penitenciária** - SIA 04, lotes 1600/1680 - CEP: 71200-040.

**Penitenciária Feminina do DF** – Chác. Luís Fernando. AE 2 - CEP: 72460-000.

**Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal:**  
SAM - Conj. A, Bl. A - 4º andar - Ed. Sede da SESP/DF - CEP: 70620-000.



### **2.3 – Instituição:**

Nome: Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP.

Endereço: SIA Trecho 08 lotes 170/178 Setor de Indústria e Abastecimento – DF.

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.

Instância Institucional de decisão:

- Governo do Distrito Federal.
- Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.
- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
- Conselho de Educação do Distrito Federal.

### **2.4 – Público ao qual se destina:**

O Projeto de Intervenção Local “A Construção do Ser Social” destina-se aos alunos/alunas de EJA condenados a pena de prisão sentenciados (as) nas diversas modalidades que constituem o regime prisional – fechado, semi-aberto, de detenção provisória (CDP) <sup>8</sup>, de progressão provisória (CPP) <sup>9</sup> e de medida de segurança (ATP)<sup>10</sup>.

### **2.5 – Período de execução:**

A realização do Projeto de Intervenção Local constitui marco criado pelo Educador – Ressocializador, autor do Laboratório de Expressão “A Linguagem Corporal Reclusa ou A Teatralidade Precária” <sup>11</sup>. Em parceria com os educandos (as) internos (as) no período de fevereiro de 2006 a março de 2010, o referido Projeto tomou corpo interventivo durante o Curso de Especialização em Educação e Diversidade na Cidadania com Ênfase em EJA. A partir de estudos referendados nos módulos e partilhados no ambiente colaborativo de aprendizagem do referido curso, práticas reintegradoras emergem através de experimentações e vivências no contexto de jovens e adultos sentenciados.

## **3 – Ambiente Institucional**

---

<sup>8</sup> Centro de Detenção Provisória (antigo Núcleo de Custódia) que se localiza no Complexo Penitenciário da Papuda.

<sup>9</sup> Centro de Progressão Provisória ou como popularmente é chamado “Galpão” que se localiza no Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília (SIA).

<sup>10</sup> Ala de Tratamento Psiquiátrico ou Manicômio Judiciário que se localiza na Penitenciária Feminina de Brasília – Gama – DF.

<sup>11</sup> Profº José Nildo de Souza que foi cedido para o Convênio FUNAP/SSP/SEEDF em fevereiro de 2006.

A FUNAP vincula-se à Secretaria de Segurança Pública e possui Convênio de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal por meio de uma parceria que objetiva promover a “reintegração” social dos educandos (as) sentenciados (as). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - a universalização do processo de ensino aprendizagem é direito de acessibilidade e permanência para todo o ser humano na busca de qualidade de vida e dignidade cidadã.

Assim, a educação não deve ser vista como status ou privilégio. Um ambiente escolar dinamizador da dimensão humanizadora supera o condicionamento da transmissão de conhecimentos. As relações interpessoais norteiam mecanismos construtivos. O educando representa o “sujeito-agente” desta relação. Faz-se necessário instrumentalizá-lo com estruturas sócio-afetivo-cognitivas visando dignificá-lo por meio de aprendizagens retributivas – oferecer a sociedade e aos cidadãos co-responsáveis alternativas de habilidades e competências cooperativas para o exercício de valores éticos, sociais e humanísticos – amor e liberdade, verdade e justiça, criatividade e honestidade, respeito às diferenças, deveres, autodomínio e compromisso.

Essas elaborações vêm mobilizando professores e estudiosos para a edificação de um projeto educacional firmado sob o pensar pedagógico contemporâneo - matriz “res” significativa para o educando. Diante de uma sociedade que deprecia o humano em proveito do lucro, da obtenção de privilégios e do individualismo - aspectos balizadores das relações capitalistas de produção e consumo – dilatam-se os problemas sociais postos como intransponíveis. Agravam-se os minguados investimentos que deveriam impulsionar a formulação de políticas públicas. A condição social indigente, a superlotação das penitenciárias, a precariedade e insalubridade das instalações, bem como a escassez em treinamento especializado dos professores e profissionais que lidam com o fenômeno reeducativo, configuram o cenário das instituições penais que utilizam a restrição de liberdade como atividade para recuperação social.

### **3.1 Um Pouco de História**

O Regimento de Origem da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) <sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Decreto nº 11.231 de 1º de Setembro de 1988, instituída pela Lei nº 7.533 de 2 de Setembro de 1986 – DOU nº 168 de 3 de Setembro de 1986. Foram selecionados do Regimento apenas artigos, parágrafos,

Art. 1º - A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso constitui o seu regimento interno de competências básicas e estrutura integrando a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal – GDF, vinculada a Secretaria de Segurança Pública, instituída pela Lei nº 7.533 de 2 de setembro de 1986, publicado no D.O.U. Nº 168 de 3 de setembro de 1986 e registrada sob o nº 01.173 em 20 de março de 1987 no Livro A – 04, do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil e Pessoas Jurídicas do DF. Entidade de personalidade jurídica sem fins lucrativos, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e operacional com sede e foro na Capital da República. Rege-se pelo Estatuto aprovado no Decreto nº 10.144 de 19 de fevereiro de 1987.

Art. 2º - O objetivo básico da FUNAP é contribuir para a recuperação social dos presos lotados nos Estabelecimentos Penais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, através do atendimento educacional, profissional e oferecimento do trabalho comunitário.

Art. 16º - Para o exercício de uma de suas competências básicas que é o atendimento educacional a FUNAP/DF dispõe da estrutura administrativa da Diretoria de Assuntos Sociais e Educacionais (DIRASE), unidade orgânica executiva diretamente subordinada à Diretoria Executiva (DIREX).

Art. 50 – Quando a Fundação for executora de competência de outros órgãos sempre agirá respaldada por instrumento próprio de contrato ou convênio, limitados os objetos destes, à afinidade se suas próprias competências e sujeita a orientação e ao controle da parte contratante ou delegante.

Parágrafo Único – Esta modalidade de ação deverá se limitar às *conveniências da política administrativa e técnica da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso*<sup>13</sup> na forma ditada pelo Conselho Deliberativo

Art. 61 – O Diretor Executivo da FUNAP será responsável pela implantação do presente regimento.

Art. 67 – O Diretor Executivo terá como substituto eventual um dos Diretores Adjuntos por ele indicado ao Presidente da FUNAP e designado pelo Governador do Distrito Federal.

---

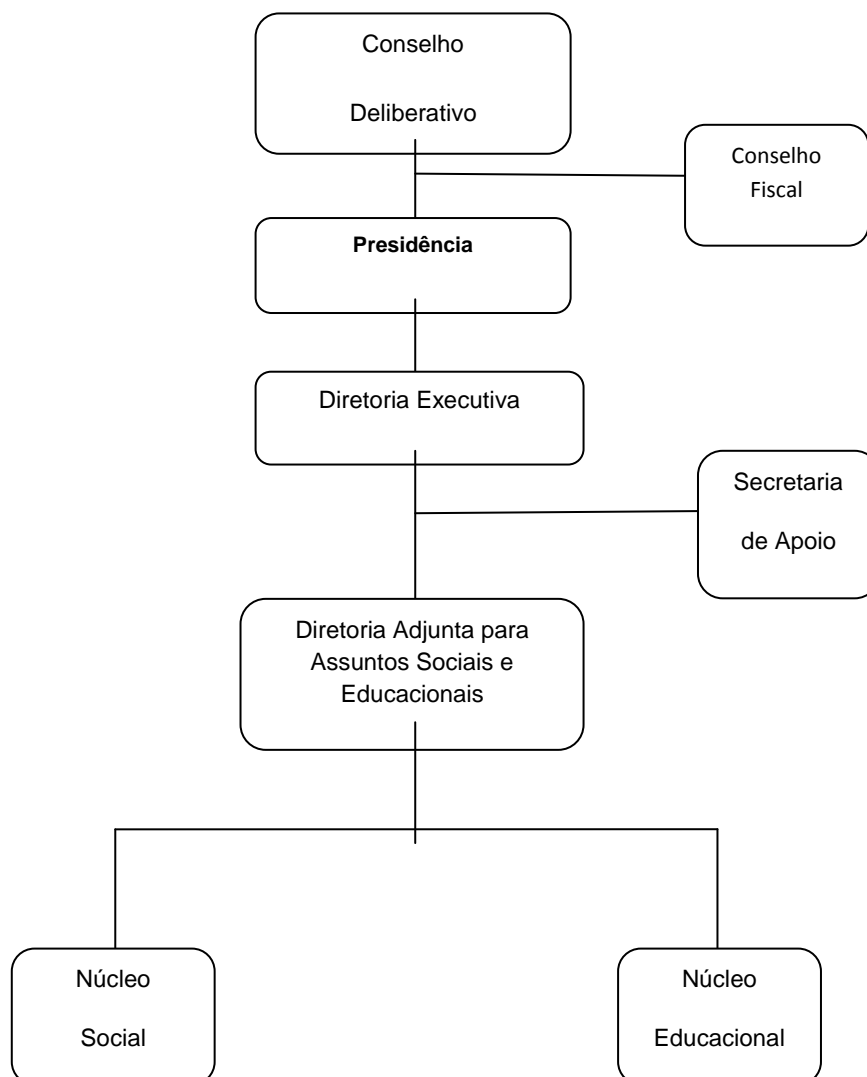
disposições e princípios que esclarecem as atividades e as atribuições educacionais e sociais da FUNAP em sua origem para melhor evidenciar as opções temáticas direcionadas no PIL.

<sup>13</sup> Esta afirmação que se encontra no Parágrafo Único, Art. 50 do 1º Regimento que constituiu a FUNAP (Decreto nº 11.231 de 1º de Setembro de 1988) reforça o jogo de interesses e ingerência política que prevalece nas instituições penais em detrimento do direito efetivo de jovens e adultos a prosseguirem seus estudos cumprindo a sentença de prisão, conforme recomenda a Lei de Execuções Penais (LEP).

Art. 68 – Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de agosto de 1988/JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO –  
Presidente/JOÃO MAGALHÃES DE SOUSA - Conselheiro – Relator/PAULO  
AZAMBUJA DE OLIVEIRA - Conselheiro/FAUZI NACFUR – Conselheiro.

### 3.2 Estrutura das Atividades Educacionais da FUNAP no Regimento Interno Agosto de 1988.



### 3.3 Estatuto da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Decreto nº 10.144 de 19 de fevereiro de 1987.

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF assinado pelo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Art. 2º - A FUNAP, instituída por escritura pública de 3/2/1987, lavrada no Cartório do 3º Ofício de Notas de Brasília – DF, vincula-se à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, nos termos do artigo 18 da Lei nº 4.545/64 com a redação dada pelo Decreto Lei nº 438/69.

Brasília, 19 de Fevereiro de 1987.

José Aparecido de Oliveira

Governador do Distrito Federal

Do Regime Jurídico, da Finalidade e dos Objetivos

Art. 1º - Rege-se pela Lei nº 7.533 de 2 de Setembro de 1986.

Art. 3º - Terá prazo de duração indeterminado.

Art. 4º - A FUNAP/DF terá por objetivo contribuir para a recuperação social do preso (a) e a melhoria de suas condições de vida, mediante a elevação do nível de sanidade física e mental, o aprimoramento moral o adestramento profissional e o oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado, propondo-se a:

I – melhoria do rendimento do trabalho;

II – oferecer ao preso novos tipos de trabalho compatíveis com sua situação na prisão;

III – proporcionar a formação profissional do preso viável após a sua libertação;

IV – colaborar com os órgãos governamentais integrados ao Sistema Penitenciário do Distrito Federal na solução de problemas de assistência médica, moral e material do preso, à sua família e às famílias das vítimas;

V – aperfeiçoamento das técnicas de trabalho do preso;

VI – promover estudos e pesquisas relacionadas com os objetivos da reintegração dos detentos;

VII – apoiar as entidades públicas ou privadas que promovam ou incentivam a formação e aperfeiçoamento profissional dos presos.

Do Funcionamento

I – em relação aos seus fins

- a) Formação e/ou desenvolvimento profissional do preso
- b) Promoção da melhoria do nível da saúde, da cultura e da moral do preso
- c) Assistência à família do preso e às vítimas de seu delito

Art. 27 – Quando a FUNAP/DF não dispuser de pessoal necessário ao cumprimento de suas finalidades, poderá requisitar servidores da Administração Direta ou Indireta, inclusive de Fundações instituídas pelo Poder Público, da União, e do Distrito Federal, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 7.533/86, observadas as normas pertinentes.

Art. 39 – A FUNAP/DF goza de imunidade tributária de que trata o artigo 14 da Lei nº 7.533/86.

Brasília, 19 de fevereiro de 1987/José Olavo de Castro/Secretário de Segurança Pública

### **3.4 Projeto Político Pedagógico em Educação nas Prisões da FUNAP/DF: Um Histórico de lutas.**

A Fundação de Amparo ao Preso Trabalhador – FUNAP/DF – foi constituída pela Lei nº. 7.533 de 2 de setembro de 1986. Vincula-se, desde a sua criação, à Secretaria de Segurança Pública integrando a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal. As atividades desenvolvidas por esta instituição são sistematizadas a partir dos eixos educacionais, profissionalização e assistência aos internos. A efetivação do processo educativo realiza-se através de Convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal visando à implementação do ensino e aprendizagem orientada por profissionais e educadores habilitados em áreas de conhecimento e componentes curriculares. A Proposta Pedagógica em vigor é a política de Educação de Jovens e Adultos nos diversos segmentos de escolaridade – 1º 2º e 3º segmentos e pré-vestibular.

Os educadores ressocializadores ministram aulas para os educandos (as) internos (as) na diversidade das modalidades prisionais – regime disciplinar de segurança máxima (fechado), regime semiaberto, regime de detenção provisória, regime de progressão provisória e medida de segurança.

O CIR, localizado no Complexo Penitenciário da Papuda representa o regime semiaberto intitulado “Centro de Internamento e Reeducação”. O antigo “Núcleo de Custódia” é denominado atualmente de Centro de Detenção Provisória ou CDP. O “Cascavel” é assim chamado, pois, abriga em forma de regime fechado, a modalidade prisional de segurança máxima chamado oficialmente de Penitenciária I e II do Distrito Federal ou simplesmente PDF I e PDF II.

A Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) popularmente conhecida por “Colméia” localiza-se na cidade satélite do Gama e abriga as mulheres sentenciadas. Funciona também na Penitenciária Feminina destacada dos blocos e pavilhões onde estão presas as internas, o ATP ou a Ala de Tratamento Psiquiátrico de Brasília (Manicômio Judiciário) onde se encontram os presidiários encarcerados pelo regime penal denominado “medida de segurança”.

Ainda temos no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), o “Galpão” ou o CPP (Centro de Progressão Provisória) que acolhe o preso trabalhador empregado em alguma atividade laboral durante o dia retornando à noite para a detenção provisória podendo, no entendimento jurídico da infração penal, eventualmente permanecer algum final de semana com a família.

Neste cenário, o processo educativo torna-se complexo e desafiante. O enfrentamento que os educadores / educandos presenciam na rigidez disciplinar penal, configuram-se na diversidade dos ambientes pedagógicos penitenciários. Em cada regime prisional o funcionamento e a estrutura de aprendizagem são determinados pela prioridade focada na segurança que apresentam alternâncias de extrema vigilância. O aspecto reclusivo corporal, a exigência de obediência e submissão constante são permanentes no tratamento conferido aos educandos internos independente do regime penal. Assim, as precárias condições de trabalho, a escassez de material didático, o espaço físico inadequado, a carência de recursos humanos (educadores, policiais e agentes administrativos) para a execução das ações pretendidas prejudica a qualidade de ensino.

A Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984 recomenda ao preso em seu artigo 18 a reintegração social por meio da educação: “o ensino fundamental é obrigatório, e deve ser ministrado de acordo com os parâmetros curriculares da unidade federativa”. Para efetivar este direito constituído em lei, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF) é criada representando instância eximia para execução da preciosa tarefa de atender esta parcela de alunos sujeitos aos instrumentos penais de restrição de liberdade.

#### 4 – Justificativa e Caracterização do Problema

O sistema penitenciário - restrição de liberdade, semi - liberdade e liberdade assistida – caracteriza-se por uma diversidade étnica cultural marcada por famílias vindas da periferia dos grandes centros urbanos, assentamentos e favelas – 65.7% não possuem o ensino fundamental completo, 40% estão na faixa etária de 18 a 25 anos e apenas 12% trabalham colaborando em atividade servil carcerária sem exigência de qualificação ou formação profissional<sup>15</sup>. Segundo estudos realizados pelo pesquisador e autor deste PIL<sup>16</sup> associando a questão racial daqueles comumente designados enquanto “pardos”, porém, de matriz negra encontramos um contingente de 71,87 % de negros<sup>17</sup>. Associando esta questão étnica - “pardos”, porém, de matriz negra - à problemática de gênero, na Penitenciária Feminina de Brasília encontraremos 79,50 % de negras. Dados da CPI dos Presídios no Complexo Penitenciário da Papuda<sup>18</sup> o total de presos do Centro de Internamento e Reeducação (CIR) acumula hoje 1300 jovens e adultos. No entanto, a estrutura de suporte aponta para 580 sentenciados.

Descortinando este cenário e com base na evolução histórica da cidadania, dos estudos das vulnerabilidades sociais, da constituição de uma matriz curricular bem como a contribuição que as atividades socioeducativas podem oferecer para efetivação de políticas de inclusão destes sujeitos degenerados socialmente motivaram o interesse para questionamentos de base: que tipo de homem formar? E para que tipo de sociedade? O que é ser social emancipado? Como atender estes indivíduos que apresentam dificuldades de acesso à educação e a saúde e se encontram propensos ao crime e as drogas em função de estados de indignidade social ou descaso estatal? O que representa uma identidade de gênero, classe e etnia prisional? Como se decodificam aspectos da comunicabilidade e da linguagem corporal reclusa? O que é protagonismo de sujeito enquanto ente coletivo? O fenômeno da construtividade do ser social – por uma ontologia carcerária – busca edificar estratégias, fundamentos conceituais e metodológicos que apontem um sentido para experimentações e programas socioculturais criativos.

---

<sup>15</sup> Fonte: INFOPEN/2006.

<sup>16</sup> Pensamento Negro Contemporâneo – Disciplina de Extensão Universitária – UnB, 2010.

<sup>17</sup> A INFOPEN (Sistema de Informação Penitenciária) classifica aproximadamente 10% deste total como efetivamente “negros”.

<sup>18</sup> 23 de Março de 2010. BsB, Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos Justiça e Cidadania.



## 4.1 A Caracterização do Problema

“As Influências da Linguagem Corporal na Ressocialização de Jovens e Adultos Condenados a Pena de Prisão”.

Explicitar um problema trás em sua essência elementos fundantes da realidade vivida. O impacto moral e emotivo da rigidez disciplinar sobre o corpo, a mente e os condicionantes psicossociais que a pena de prisão exerce no sentenciado (a) são determinantes para se edificar praticas laboratoriais em educação de jovens e adultos no cárcere.

E o conhecimento desta problemática aponta intervenções significativas. Propõe-se, então a estruturação de um projeto local exercido a partir de bases conceituais e metodológicas que norteiam eixos temáticos e práticas pedagógicas reintegradoras. Incluem-se neste percurso interventivo, os trajetos ressocializadores vividos com os educandos (as), os desdobramentos experimentais, o que foi perdido ou esquecido e constitui-se como valor formativo, ou mesmo que desfigurou a vida escolar dos internos (as). São aspectos representativos para ações restaurativas inseridas nos processos pedagógicos deflagrados.

A problemática comum às turmas de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária de Brasília refere-se aos procedimentos disciplinares aplicados ao sentenciado (a) e as influências que estes rigores de segurança e vigilância exercem no processo de ensino aprendizagem, nos seus modos comunicacionais e expressivos corporais. Este aluno atendido no ambiente carcerário se posiciona durante a chegada, à saída do Setor de Ensino e quando há intervenção policial ou suspensão do prosseguimento da aula com a cabeça baixa, o ombro encolhido e as mãos para trás<sup>19</sup>.

O paradigma curricular que se aplica nos núcleos de ensino da penitenciária não inclui como conteúdo de aprendizagem a linguagem corporal do preso (a), os condicionantes restritivos impostos tanto ao educando como ao educador pelas ações de segurança e os procedimentos de disciplina dos detentos (as). O fazer educativo permanece reduzido e limitado ficando à mercê dos rigores da vigilância e punitividade realizados pelos agentes, policiais e técnicos penitenciários.

---

<sup>19</sup> Hábito cotidiano da penitenciária, observado pelo Professor José Nildo de Souza, autor deste Projeto de Intervenção Local e representado através de jogos cênicos coreográficos criativos em sala de aula como instrumento para releitura estética expressiva dos sentenciados (as).

Contudo, sob a perspectiva de um referencial educativo libertador<sup>20</sup> o fenômeno da ressocialização pode emergir quando se evidenciam ações pedagógicas que demonstrem e/ou oportunizem ao educando (a) preso (a) vivenciarem suas limitações expressivo-educativas diante do quadro da reclusão prisional. Práticas pedagógicas que oportunizem vivências superativas em ambientes de riscos e vulnerabilidades sociais podem *fazer uso destas mesmas limitações e rigores disciplinares*<sup>21</sup> para explicitar em sala de aula na modalidade de jovens e adultos o contexto prisional que se experiencia. E aqui se descortina trilhas para aprendizagem ressocializadora em instituições penais que introduzam os fenômenos das representações sociais<sup>22</sup> presentes no universo penitenciário – as relações de poder panópticamente induzidas no detento / detenta pelo binômio subserviente autoridade / subalternidade<sup>23</sup> por meio dos arquétipos da sexualidade, dos estágios de drogadição e dependência química, do abandono do lar e família e pelos estigmas da exclusão. Ou seja, os modos de ser e estar no ambiente do cárcere constitui fatores “sui generis” no “re” ordenamento / estruturação de práticas pedagógicas reintegradores de jovens e adultos condenados a pena de prisão.

As condições de vida do educando (a) sentenciado (a) faz emergir conteúdos sentidos. *A consciência ou o conhecimento deste ser sentenciado dá-se nos seus estágios de exclusão e insatisfação que vive diante das vulnerabilidades – desestrutura familiar, perda de entes queridos, indigência e abandono nas ruas, entre outros. A evidência deste conhecimento oportuniza a percepção do sofrimento, produto e processo da diversidade que o constitui como um ser social dotado de relações culturais, psíquicas, físicas, morais, políticas e espirituais.*

E esta diversidade que presenciou e viveu nos estágios das vulnerabilidades é exercida na cena/cela por experimentações temáticas adequadas à realidade de jovens e adultos em restrição de liberdade. Aliam-se a esta realidade as formas sensíveis que a Arte deflagra no sentimento humano – a linguagem expressiva musical, coreográfica, plástica e cênica presentes na História, Teoria e Crítica dos estilos e manifestações artísticas. Através do movimento, ritmo, equilíbrio, textura e composições são possíveis exprimir sentimentos vividos pelos educandos em seus percursos sociais excludentes - mágoas, ressentimentos, rejeição, vitimização/complexo de culpa, sensação de inferioridade, humilhação, entre outros –

---

<sup>20</sup> Ação Cultural para a Liberdade. Paulo Freire. Ed. Paz e Terra. SP, 1989.

<sup>21</sup> O grifo é meu, pois, trata-se do cerne da prática reeducativa “A Construção do Ser Social”. José Nildo de Souza. Brasília. 2006/2010.

<sup>22</sup> Seminário Internacional de Representações Sociais. Instituto de Psicologia – UnB. Brasília, julho de 2007.

<sup>23</sup> “Disciplina é Liberdade” de Airan Almeida de Lima. UnB, 1996.

transmutados pelo contato, fruição vivida e apreciação dos símbolos e linguagens que harmonizam o sentimento humano.

Experimentações e contatos com as formas expressivas do sentimento humano <sup>24</sup> partem dos rigores disciplinares prisionais: posição corporal reclusa como fonte estética para se experimentar vivências sentidas entre os educandos - exercitar superações físico-psíquico-emotivas de suas condições de encarceramento mediadas pelos conteúdos da Área de Conhecimento “Arte” no Currículo de Educação de Jovens e Adultos. Proporciona-se assim, ao educando (a) sentenciado (a) a explicitação em sala de aula destes condicionantes corporais reclusivos por meio de jogos teatrais onde flua a dramaticidade das dinâmicas socio restaurativas. O aspecto físico da clausura retrata a dimensionalidade que o sofrimento potencializa no indivíduo encarcerado. Tal potencialização é multiplicada quando a percepção da clausura vincula-se aos demais aspectos da vida humana – social, afetiva, psicológica e emotiva.

O resultado dos condicionantes físico-sociais da cela – ambiente abafado (extremo odor/súbito frio), limitação dos movimentos pelo acúmulo de pessoas encarceradas numa mesma cela, pena de castigo e isolamento devido a condutas ou ações inadequadas no cárcere (brigas, rixas, motins, abordagem com drogas ou objetos cortantes), sensações de desagradabilidade/indiferença, perda de referencialidade no caráter da socialização e o acentuado afastamento do detento / detenta de qualquer contato com o mundo externo – conduz o sentenciado (a) a uma auto-amnésia do mundo extramuros ou mesmo a um processamento degenerativo do seu ser social.

As formações mentais volitivas advindas com este auto-esquecimento da dimensão sociocultural produzem fenômenos psicofísicos degradantes – crises depressivas e doenças psicossomáticas. Eis um aspecto singular do cárcere para efetivar o processo pedagógico libertador da educação de jovens e adultos: explicitar a condição em que vive o ser encarcerado. A despersonalização do seu ser social e cidadão é processo “*ad continuum*” <sup>25</sup> que sustenta uma jornada de desencontros cumulativos entre perdas e escassez de oportunidades. Nesta percepção reclusiva internaliza-se no corpo, hábitos e posturas disciplinares que traduz a alma do ser encarcerado – mãos para trás, ombros encolhidos e cabeça baixa. Emerge-se daqui, a

---

<sup>24</sup> Suzanne Langer. Sentimento e Forma. Cia das Letras. SP, 1985.

<sup>25</sup> Permanente e constante.

conscientização de um sujeito enquanto ente coletivo que a *cena detida*<sup>26</sup> imprime ao sofrimento da penalização embasada pela Pedagogia Libertadora<sup>27</sup> - um ato perceptivo que faz o educando reconhecer-se como um ser social que vive o conflito interior da extinção do direito de ir e vir.

Porém, há que se ressaltar que esta consciência não extingue o sofrimento. Mas, antes, estando presente no ato da encenação seus precários mecanismos de existência – a subjugação, a acusação, a rejeição, as barreiras para reconquistar a cidadania - seja moral, emotiva, física ou expressiva pela consumação em que vive, empenha-se a cada ensaio ou exercício cênico em sala/cela de aula, na elaboração constante da sua gestualidade detida pelas exigências reclusivas prisionais. Produz-se neste educando a volição estética expressiva de fazer a composição cênica cada vez mais apurada para tornar-se o espelho do que realmente é: uma busca interna pelo autoconhecimento na trilha do sentir-se e conjugada no contexto que está inserido.

Vemos eclodir um fator ponderadamente ressocializador: a destemida atitude humana da correção de atos e sentimentos para evidenciar o equilíbrio postural bem como a restauração emotiva na interpretação pontuada da coreografia que sublinha a contenção agora aflorada no gesto antes contido. O alvo certo da cena é a emancipação da expressão reclusa no movimento cíclico dos corpos que se integram pelo contato vivencial de obras e composições musicais da arte clássica, sacra, africana e meditação oriental.

Mediar situações socioemotivas que se vive no cumprimento da pena de prisão com as formas harmoniosas que universalizam os símbolos expressivos da arte, possibilita ao educando (a) interno (a) perceber-se na expressividade cênica. Traduz-se, assim, como um ente coletivo dotado de braços, mãos, pés, ombros, peles, cabelos, entre outros. Inter-relaciona-se composições e elementos das Artes visuais – Teoria, História e Crítica – por meio do esforço, atenção dedicada à encenação, concentração na efemeridade da situação que vive, desenvolvendo um aspecto meditativo da reflexão sobre as emoções sentidas e suas sutis organizações ativas / reativas – percepção da sensorialidade repleta.

E pela reta compreensão que no ato cênico vai se aflorando, sente a presença viva dos estados vibratórios impulsivos que o fizeram delinquir por ações, palavras e pensamentos. Percebe então que estes impulsos vibrantes no interior das emoções

---

<sup>26</sup> Mostra de Teatro Música e Dança do Centro de Detenção Provisória. José Nildo de Souza. Atividade de Sala de Aula. Complexo Penitenciário da Papuda, 2008.

<sup>27</sup> Paulo Freire. Paz e Terra. 1987.

não o constituem enquanto um ser social emancipado. Mas, antes, o torna produto e processo das interações que construiu em suas jornadas socioafetivas. Descobre que o que pensa, sente e faz afeta não somente a si, mas toda uma coletividade. E o ato de sua execução pode ser anteposto pela reflexão vivida no cerne de uma ação que se faz latente numa intencionalidade sentida e que produzirá conseqüências na proporção mesma que se reverbera.

O problema básico que deve ser enfrentado é: as influências que os condicionantes corporais carcerários exercem no processo de ressocialização. Nesse sentido busca configurar uma matriz mediadora entre o que se ensina (Currículo de Educação de Jovens e Adultos das Escolas Públicas do DF) e a realidade do ambiente carcerário. A referida questão constitui essência reflexiva dos produtos e processos que determinam condicionantes disciplinares, de segurança e vigilância. A linguagem corporal do sentenciado/sentenciada nos seus estágios reclusivos traduz estes condicionantes e distingue veículos assimiladores de aprendizagens da pluralidade de situações educativas que se evidenciam no cárcere. Potencializam também instrumentos vivos – relacionamento social e práticas dialógicas, interações culturais, trilhas de aprendizagem alternativas, vivências do autoconhecimento, entre outros - para o planejamento de políticas, programas e atividades “re” integradoras e motivações pedagógicas para os jovens e adultos alunos (as) de EJA.

O desafio é “trans” mutar o quadro do encarceramento punitivo e condenatório do sistema carcerário <sup>28</sup> que gera mazelas sócio deprimentes exercitando ações educacionais ressocializadoras entre jovens e adultos em restrição de liberdade, bem como construir dinâmicas socioculturais que estimulem a própria instituição penitenciária na mobilização de agentes e técnicos, servidores, assistentes sociais, psicólogos, corpo jurídico, gestores e profissionais da educação.

## **5 - Objetivos**

### **5.1 – Objetivo Geral**

Desenvolver a ressocialização do sentenciado (a) a partir de aprendizagens voltadas para as vivências corporais reclusivas – cabeça baixa, ombro encolhido e mãos para trás - experimentadas em sala de aula por meio de jogos cênicos criativos – movimento compositivo, ritmo cadenciado, equilíbrio e simetria, harmonização da gestualidade, dinâmicas de contato físico-emotivo, entre outros.

---

<sup>28</sup> O referido quadro de penalização também é bastante cobrado por uma parcela significativa da opinião pública, incluindo veículos de comunicação midiática e televisiva, classes sociais abastadas que sustentam políticas e defendem um perfil de governo e Estado autoritário e vigilante, com penas mais cruéis e apoio até mesmo de entidades públicas e da sociedade civil. José Nildo de Souza, BsB, 2010.

## 5.2 Objetivo Especifico

Determinar como critério de seletividade para projetos interventivos locais a regulamentação de práticas ressocializadoras que evidenciem perfis focados na dimensão sociocultural do educando (a) sentenciado (a) – historicizar o sujeito sentenciado, seus laços familiares ou aqueles que o dissociaram do próprio lar, os círculos de amizade, as formas de convivência ou isolamento do todo social, a forma que a unidade de ensino o recebeu ou tratou, o entorno comunitário da escola, a trilha que percorre até o local de estudo, o ambiente da rua e as condições materiais de sobrevivência, suas principais necessidades e problemas a superar, etc.

## 6 - Atividades e Responsabilidades.

O perfil das atividades e responsabilidades do Projeto de Intervenção Local “*A Construção do Ser Social*” é delimitado pelo profissional, Educador Ressocializador<sup>29</sup>, na Área de Conhecimento - Arte - modalidade “Educação de Jovens e Adultos”, do 1º ao 3º segmento de Educação Básica em conjunto com os educandos internos, intérpretes da expressividade reclusa. O referido projeto vem sendo desenvolvido respeitando o caráter da diversidade - matriz base do curso de especialização ora em desenvolvimento - e aspecto proeminente das atividades penitenciárias por representar uma instituição de natureza multidisciplinar onde atuam vastas categorias profissionais no trato das vulnerabilidades sociais. Entre algumas destas categorias podemos citar: agentes de saúde, educadores e assistentes sociais, professores, psicólogos, especialistas em gestão, advogados, entre outros.

---

<sup>29</sup> Criador deste PIL, Profº José Nildo de Souza.

## 7 - Cronograma de Aplicação do PIL.

Atividades	Fev/ 2006	Nov/ 2006	Julho 2007	Março/ Abril 2008	Out 2008	Mai 2009	Julho 2009	Ag. 2009	Dez 2009	Março a Julho/ 2010
Início da Prática Ressocializadora "A Construção do Ser Social: A Linguagem Corporal Reclusa ou A Teatralidade Precária".	x									
Apresentação da referida Prática Ressocializadora – 1ª Mostra de Teatro, Música e Dança do Complexo Penitenciário da Papuda – PDF II.		x								
Produção do 1º Vídeo Documentário a partir da criação do Laboratório de Expressão "A Linguagem Corporal Reclusa ou A Teatralidade Precária".			x							
Jornada de apresentações, exposições fotográficas, exibição de vídeos, seminários, congressos e Programas de Formação em Educação nas Prisões - Brasília e demais regiões do país.	Desde julho de 2007									
Apresentação de Projeto de Pesquisa da Disciplina "Políticas Sociais para Crianças e Adolescentes", Profª Maria Lúcia Leal, no Mestrado em Política Social – Serviço Social/UnB	X		x							
<b>Estudo de Caso</b> de Técnica de Assuntos Educacionais do MEC, Profª Jadete Nóbrega Rodrigues para obtenção da Titulação em Políticas Públicas da Educação com Ênfase em Monitoramento e Avaliação – ENAP/UNESCO.				x						
Monografia "Políticas Educacionais: Por Um Protagonismo do Ser Social Carcerário" de José Nildo de Souza – para obtenção da Titulação de Especialista em Educação nas Prisões – FACTED/FUNAP				x						
Produção do Curta Cinematográfico "A Cena Detida" no Centro de Detenção Provisória (CDP – Papuda)				x	x					
Apresentação Festival de Cinema – Cine Periferia Criativa - SESC					x					
Programa de Formação em Dança contemporânea "Laboratório Corpo Criativo" – SEEDF/EAPE.						x				
Início do Curso de Especialização "Diversidade e Cidadania em EJA" – FE/UnB.							x			
Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento – PNUD – <b>Mostre o Seu Valor.</b>							x	x		
<b>Fórum Internacional da Sociedade Civil (FISC) – Belém.</b>									x	
<b>Produção do Curta Cinematográfico "A Cena do Precário no Feminino"</b>									x	
<b>Produção do Documentário "A Escassez do Gesto Precário" – Ala de Tratamento Psiquiátrico" da Penitenciária Feminina do DF.</b>									x	
Elaboração de Projeto de Intervenção Local – PIL "Projeto Diversidade ou A Construção do Ser Social".							x	x	x	x

## **8 – Parceiros<sup>30</sup>**

Governo do Distrito Federal  
Tribunal de Justiça do DF e Territórios  
Vara de Execuções Penais  
Secretaria de Estado de Educação  
Gerência de Educação de Jovens e Adultos  
Secretaria de Segurança Pública  
Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Cidadania  
Subsecretaria do Sistema Penitenciário  
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF  
Diretoria Executiva  
Diretoria de Assuntos Educacionais e Sociais  
Complexo Penitenciário da Papuda  
Penitenciária Feminina do DF  
Ala de Tratamento Psiquiátrico  
Núcleo de Ensino e Assistência ao Interno  
Governo Federal  
Ministério da Justiça  
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  
Conselho Nacional Antidrogas  
Ministério da Educação  
Serviço Social do Comércio  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos  
Universidade de Brasília  
Departamento de Serviço Social  
Instituto de Psicologia  
Faculdade de Educação  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Fórum Internacional da Sociedade Civil  
Secretaria de Políticas para Mulheres

---

<sup>30</sup> As referidas instituições citadas não tiveram ônus financeiro com a realização da atividade, bem como não custearam etapa alguma do Projeto de Intervenção Local



## 9 – Recursos e Orçamento

O Projeto de Intervenção Local “A Construção do Ser Social” utiliza materiais de ensino e aprendizagem regulamentados pelo Currículo de Educação de Jovens e Adultos, determinações recomendadas pela Lei de Execução Penal (LEP), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Lei da Assistência Social, Direito Humano à Educação - bem como instrumentos específicos para atuação em cada área profissional – educação, saúde, segurança, justiça e política social.

Todas as despesas materiais e gastos pagos com equipamentos audiovisuais, profissionais contratados (fotógrafos, cinegrafistas, editores de imagem e som), banners, estudo de caso, painéis imagéticos, mídias internauticas e documentários cinematográficos foram custeados pelo autor deste Projeto de Intervenção Local, Prof<sup>o</sup> José Nildo de Souza, sem ônus financeiro para as instituições ou devolução dos proventos gastos, empreendidos e devidos ao referido pesquisador.

## 10 – Avaliação

“Sonho que sonha só

é só um sonho que se sonha só.

Sonho que se sonha junto é realidade”.

Raul Seixas

A penitenciária tem sido o local por excelência da expressão das diferencialidades. Necessidades individuais vão de encontro com interesses exclusivos, jogo de favores, identidades e saberes não formais. Os espaços são hierarquizados pelas relações de poder e acentuados entre grupos religiosos. Homens e mulheres, negros e não negros, capital e interior, homossexuais e heterossexuais. A diversidade criminológica não mede limites ou facções. O desafio é incluir uma educação de qualidade nesta lógica da diversidade carcerária, apontar caminhos e possíveis saídas.

As diretrizes Nacionais para a Educação no Sistema Prisional<sup>31</sup> definem referenciais avaliativos de práticas e ações afirmativas para a construção de uma política nacional de educação no sistema prisional elaborado a partir de Seminário realizado em 2006 (MEC/MJ/UNESCO) que em conjunto com educadores, agentes e gestores aprovaram proposições e referenciais para o Conselho Nacional de Política

---

<sup>31</sup> Parceria Ministério da Educação/ Ministério da Justiça através do Programa Educando para Liberdade. Governo Federal, 2006.

Penitenciária (fevereiro de 2009) aguardando apreciação do Conselho Nacional de Educação.

A remição pelo estudo constitui um projeto especial de educação não formal que deve contemplar a valorização do ensino carcerário, a freqüência, o auto-estudo e a conclusão das etapas de escolarização. É projeto de lei do governo federal de 2007 e formatado em acordo no mês de abril de 2009. A articulação com os planos de educação estaduais e municipais propõe a construção de referenciais para a educação prisional. Para tanto, faz-se necessário superar improvisos e precariedades oportunizando atendimento educacional diferenciado e impulsionando experimentações inovadoras que acontecem isoladamente sem uma sistematização por meio de políticas públicas efetivas. Assim, há que se pensar em metas, acesso, qualidade, responsabilidade, prazos, financiamentos e períodos. O atendimento educacional oferecido aos detentos (as) é realizado por meio de contratos, sistemas públicos de ensino. O referido atendimento deve prever estagiários, monitores presos, ONGs e sociedade civil. Porém, sempre articulados ao trabalho dos profissionais da educação.

As contribuições que podem despertar pontos de reflexão acerca do fenômeno avaliativo para alunos que se encontram em estado de reclusão apontam-nos as questões fundantes do processo educativo - que *tipo de homem formar? E em qual tipo de sociedade viver?*<sup>32</sup> E daqui argumentamos os desdobramentos que se infundem com as opções metodológicas disponíveis. Ou seja, a construção de um planejamento pedagógico e político centrado em medidas ressocializadoras e socioeducativas de internamento, semiliberdade e liberdade assistida.

Adequá-los ao Currículo da Educação de Jovens e Adultos e às tendências contemporâneas da prática escolar que mediam ações ressocializadoras – trajetória do educando no universo das vulnerabilidades criminais - e as funções educacionais retributivas – Pedagogia Libertadora<sup>33</sup>, Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos<sup>34</sup>, Matriz Curricular Nacional para Educação em Serviços Penais<sup>35</sup> e a Metodologia Triangular da Aprendizagem em Arte<sup>36</sup> descortinam caminhos para formulação de políticas públicas para estes jovens e adultos que permanecem suprimidos do direito humano à educação. Desde o berço encontram-se descuidados e excluídos de

---

<sup>32</sup> Didática. José Carlos Libâneo. Ed. Cortez. SP, 1987.

<sup>33</sup> Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. Paulo Freire. Paz e Terra. São Paulo, 1982.

<sup>34</sup> Educação na Era do Conhecimento em Rede e Transdisciplinaridade. José Carlos Libâneo. Alínea Editora. São Paulo, 2005.

<sup>35</sup> Guia de Referência - Gestão da Educação em Serviços Penais. Luiz A. B. Chies, Rodrigo G. de Azevedo; Omar Bravo. Bsb, 2006.

<sup>36</sup> Interterritorialidade. Mídias, Contexto e Educação. Ana Mae Barbosa. Ed. SENAC, São Paulo. 2008.

vivências com os valores que situam a convivência humana como dotada de unidade entre harmonia, equilíbrio e dignidade. Muitos, jamais degustaram a experiência estética da beleza numa apreciação e fruição da dimensão humanizadora do ser sensível que se sente nas obras de arte e pelo contato com os elementos compositivos da expressão criadora. Assim, urge-se a necessária construção de dinâmicas sociocriativas ressignificadoras. Um tecido humano dotado de peles, mãos, braços, pés, olhos, gêneros, classes e etnias. Um corpo semeado nas inter-relações. Sementes e sementeiras que complementam estes jovens e adultos aprendizes de um protagonismo do ser social restaurado. São rapazes, jovens, adultos olhando através de si mesmo e interpretando um ente coletivo de atos assumidos e colhidos em seu trajeto de indigência, de ruas noturnas, parados em pontos escondidos ou refazendo uma teia real de representações emancipadoras.

A análise dos resultados inclui: avaliação processual e considerações finais. Demonstra as relações significativas – conflituosas e solidárias - firmadas entre educandos (as) internos (as), agentes/técnicos, policiais/gestores, professores/direção – para a construção e execução dos processos protagonizadores do ser social. O percurso do professor e do aluno reforça a circularidade do trabalho – exercícios solicitados e as contribuições individuais. Assim, resgatamos em forma de acervo respostas que podem servir de base para, se necessário, posteriores pesquisas em temas geradores de interesse.

As habilidades assimiladas no trabalho criador entre arte e processos ressociativos representam *aprendizagens permanentes*<sup>37</sup>. Reatualizam práticas protagonizadoras para construção de um cotidiano sociocultural no cárcere centrado em símbolos expressivos da exclusão social. Traduzem linguagens estéticas e técnicas corporais reclusas. Estas habilidades exigem aperfeiçoamento constante. Pois integrada às medidas socioeducativas, as práticas sociais das manifestações artísticas redescobrem o valor da arte na educação – seus fenômenos restauradores do humano no ser - sob a perspectiva de um fazer prático e teórico significativo. A matriz celular que possibilita a redescoberta do ser enquanto sujeito social cria campos e tessituras para estruturação do coletivo em “*complexos campos comunicacionais*”<sup>38</sup> sempre mais densos, amplos e vulneráveis.

O Projeto de Intervenção Local “A Construção do Ser Social” realiza-se na produção artística dos alunos-autores. O elemento corporal sob a abordagem do

---

<sup>37</sup> Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. Paulo Freire. Paz e Terra. São Paulo, 1982.

<sup>38</sup> A Arte no Século XXI. Domingues. São Paulo, 1997.

*precário*<sup>39</sup> surge como instrumento fenomenológico e interpretativo para a reconstrução do ser social. *É pensar uma prática em sintonia com sua teoria*<sup>40</sup>. É a práxis artística inserida em um processo cultural excludente onde a leitura da obra de arte e seus signos estéticos edificam processos perceptivos semióticos para compreendermos pela via dos sentidos, a *linguagem dos sentimentos*<sup>41</sup>.

As atividades de expressão que culminaram com as apresentações e produções audiovisuais da Prática Ressocializadora “*A Linguagem Corporal Reclusa ou A Teatralidade Precária*”<sup>42</sup> representaram momentos de vivência coletiva e vértice substancial para emancipação ética e expressiva de jovens e adultos, alunos (as) de EJA e sentenciados (as) pela pena de prisão. Atuaram, opinaram, sugeriram ou criticaram, desenvolvendo assim códigos lingüísticos e socioculturais refeitos sob a perspectiva de sua história de vida – as condições da família, as vivências comunitárias de vulnerabilidades, a participação em grupos de rua, as esquinas e os becos de riscos, as turmas da drogadição, entre outros.

Os estudos da fenomenologia do precário, as discussões coletivas – congressos, seminários, ambientes colaborativos em redes, reflexões permanentes, coordenação colaborativa, estímulo às práticas culturais, fóruns sociais de entidades comunitárias relacionadas à realidade prisional – oportunizaram o redirecionamento de uma consciência ressociativa para o entendimento dos educandos enquanto sujeitos sociais vitimizados e condenados pelas mazelas da vulnerabilidade institucional e cultural – compreensão de uma linguagem de rua, signos da visualidade exclusória, gostos artísticos, modos de pensar e agir. *A avaliação participativa*<sup>43</sup> possibilitou uma reflexão sobre o conhecimento das linguagens, dos meios e modos de expressão dos educandos (as), suas estratégias emancipatórias reconstrutivas do ser social – laços familiares, trabalho e emprego, saúde e qualidade de vida, etc. Os códigos semióticos aplicados às manifestações artísticas e as posturas dos alunos autores abordam a ressignificação das dimensões do fazer ressocializador. É o momento de explicitação dos conflitos humanos. Devemos estar maduros para vermos no Projeto de Intervenção Local o espelho da realidade educacional que se descortina no cárcere – reflexo dos estigmas que nos próprios cultuamos como necessários para se viver na sociedade que temos. Pode ser uma oportunidade singular para transformação do

---

<sup>39</sup> Termo que caracteriza as condições mínimas expressivas que o autor José Nildo de Souza denominou como essenciais para se construir práticas ressocializadoras interventivas que tragam a tona as condições reclusas que vive o educando sentenciado no regime prisional.

<sup>40</sup> Didática. José Carlos Libâneo. Ed. Cortez. SP, 1987.

<sup>41</sup> A Linguagem dos Sentimentos. Duarte. 1991.

<sup>42</sup> Atividade laboratorial que constitui a execução do Projeto de Intervenção Local “A Construção do Ser Social”.

<sup>43</sup> Didática. José Carlos Libâneo. Ed. Cortez. SP, 1987.

aspecto carcerário que pesa sobre o indivíduo e possibilitar-lhe uma envergadura de ser social, sujeito de classe, etnia e gênero sem as evidentes classificações excludentes.

A sintonia com as tendências contemporâneas da prática escolar – ambientes colaborativos de aprendizagem em rede – apresentada neste projeto de intervenção local, não exclui vivências da ancestralidade vinculadas ao saber das tradições e povos nativos - costumes orais e ritualísticos, manifestações indígenas, africanas, os quilombos, jovens e adultos do campo. Redimensionam também, atitudes, formas de pensar e atuar dos modos clássicos de ensino: sistematização dos conteúdos em aulas expositivas, exercícios de fixação como forma de avaliação, planejamento pedagógico e procedimentos de ensino.

Tais conteúdos e procedimentos de ensino, *quando recuperados criticamente*<sup>44</sup> pelas intermediações que se desdobram entre arte e funções socioeducativas retributivas possibilita ao educando a produção de sua restauração expressiva. Aprende não apenas o que a escola lhe ensina. Mas, com as ferramentas que possui e as vivências que sente, constitui seus processos identitários e inter – relacionais. Através da cena, edifica-se na simples efemeridade da ação situacional. Porém, ao reler esta ação, percebe agora o gesto precário antes contido. Torna-se o intérprete não apenas de si. Mas, descobre-se como um corpo dotado de entes humanos plurais – a vítima e o opressor é ele mesmo. Eis o espelho cênico de uma latente reflexão que lhe transtorna a alma: descortina-se, assim, *o ver-se em ação*<sup>45</sup> pela faculdade perceptual de descobrir o que é, o que não é, o que antes fora e o que está por trás de si determinando-o a ser carrasco ou vítima – o flagelo ou a superação do si mesmo egocentrado. Nos exercícios de fixação (ensaios/reapresentações), suas maneiras de agir e pensar são percebidas como o presente mesmo que lhe acontece.

Existe em si, anteposto à privação de liberdade, um ser que se encontra há muito encarcerado. Recluso no submundo da opressão, da exclusão, da perda ou até mesmo da escassez de oportunidades ou jamais conhecidas. Recolhido em suas angústias de pai ou de mãe que nunca viu e não sabe de onde veio. Ou então para onde vai. E no manifesto expressivo de sua auto-identidade, despetala-se a consciência da ação cênica detida quando a mão toca a essência de uma reflexão desperta. É o instante então em que avalia e vê na composição cênica exposta este ser que das profundezas da exclusão moral e social irrompe numa catarse de restauração existencial. E aqui se dá o encontro do sujeito aprendiz com aquilo que

---

<sup>44</sup> Metodologia do Ensino da Arte. Maria Heloísa Ferraz. Ed. Spicione. São Paulo, 1989.

<sup>45</sup> Teatro do Oprimido. Augusto Boal. Rio de Janeiro, 1985.

em si mesmo é parte constituinte de todos: o protagonismo coletivo que agora se faz classe, gênero e etnia. Um ente dotado de corpo próprio aprimorado pela certeza que o faz ser inacabado e em permanente “re” construir-se.

## 11 - Referências

AIRES, Carmenisia Jacobina e LOPES, Ruth Gonçalves de Faria. **Orientação para elaboração do PIL. Curso Educação na Diversidade**. UnB/DEX-MEC/SECAD. 2006.

ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA – **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, n. 19, julho de 2006. “Diversidade do Público da EJA”.

AMATUZZI, Mauro Martins. **O Resgate da Fala Autêntica. Filosofia da Psicoterapia e da Educação**. Ed Papirus. SP, 1989.

BITENCOURT, Cezar Roberto (1993). **A Falência da Pena de Prisão – Causas e Alternativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. **Les Héritiers: les Étudiants Et La Culture**. Paris: Minuit, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. (Pensamento Contemporâneo).

BRANDÃO, Carlos R. **A Educação como Cultura**. SP, Brasiliense, 1985.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento e Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA, 1999.

CAMPANA, A. R. **Corpo, Pulsção, Expansão e Cidadania: Resgatando a Vida/Identidade**. Centro Reichiano. Foz do Iguaçu, 2004.

CARNEIRO, Moaci A. **Temas de Educação Comunitária**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1987.

CARVALHO, Edgard de Assis. Prefácio. In: **Ética, Solidariedade e Complexidade**.

CHALUB, Leila Martins. **Indicadores de avaliação dos projetos de Extensão da UnB**, 2008.

CONTIN, Rafael Jamur. **Prisão versus Ressocialização**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG. Nº 54/2003. In: [www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto](http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto). Acesso em: 9 nov. 2007.

DELORS, J. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO.

**EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**. Campinas. V. 22, n. 76, p. 232-257, 2001. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa>. Acessado em 04 de março de 2010.

FREINET, C. **Pedagogia do bom senso**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Conselho aos pais**. 2ª ed. Lisboa: Estampa 1974.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. RJ, Paz e Terra, 1982.

- \_\_\_\_\_. **À Sombra Desta Mangueira**. São Paulo: Ed. Olho d'Água, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Educação como Prática da Liberdade**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Política e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 18. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FROMM, Erich. **O Coração do Homem**. RJ, Zahar, 1965.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Trad. de Flávio Paulo Meurer. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GANDIN, Danilo. **Planejamento como Prática Educativa**. Editora Loyola, 1983.
- GARAUDY, R. **Dançar a vida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GOFFMAN, Ervin (1961). **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva.
- GROTOWSK, Jerzy. **Em Busca de Um Teatro Pobre**. SP, Civilização Brasileira, 1971.
- GUSDORF, Georges. **A Fala**. Porto Despertar, 1970.
- HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa: Edições 70, LDA, 1968.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. **Educação e Trabalho como Propostas Políticas de Execução Penal**. *Revista de Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização e Cidadania*. Brasília: RAAAB/ UNESCO/ Governo Japonês, 2006.
- JUNIOR, Arnaldo Xavier. **A Execução Penal no Brasil** (Monografia de Pesquisa). Direito Net. In: mono\Direito Net - Artigos – htm, 2006.
- KLOOS, Vanderlei. **Ressocializar X Retribuir**. FEC/ Direito Net, 10º Período. SP, 2003.
- LABAN, R. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Dance in general**. In: *The Laban Art of Movement Guild* nº 26, London, 1961.
- LANGER, Suzanne. **Sentimento e Forma**. Cia das Letras. SP, 1985.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1999.

MAEYER, Marc de. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?** *Revista de Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização e Cidadania*. Brasília: RAAAB/ UNESCO/ Governo Japonês, 2006.

MATURANA, H., VARELA, F. **Autopoiesis And Cognition**. Boston: D. Reidel, 1980.

\_\_\_\_\_, H., \_\_\_\_\_, F. **A Árvore do Conhecimento**. Campinas: Psy II, 1995.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de Direito Penal**. Vol. 1. 13 ed., SP: Ed. Atlas. 1998.

MORIN, Edgar, **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. SP: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Noção de Sujeito**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, PUC, 1995.

NORTH, M. **Movement And Dance Education**. UK: Northcote House, 1990.

OLIVEIRA, A. M. M. **Célestin Freinet: Raízes Sociais e Políticas de uma Proposta Pedagógica**. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias de Botafogo, 1995.

OLIVEIRA, Edmundo. **Política Criminal e Alternativas à Prisão**. 2ª E. RJ: Forense, 1997.

OMAR, A. Bravo, AZEVEDO, Rodrigo G. **Matriz Curricular nacional para a Educação em Serviços Penais**. Brasília: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, 2006.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. MEC, 2002.

\_\_\_\_\_. MEC, Distrito Federal: MEC/SEF, 1996.

RANGEL, Hugo – **“Perspectiva Comparada de Práticas Educativas: síntese para Vincular a Educação e a Justiça”**. Trabalho apresentado durante o Seminário Nacional sobre Educação nas Prisões, realizado em Brasília, de 12 a 14 de julho de 2006.

RODRIGUES, Neidson. **Educação: Da formação humana à construção do sujeito ético**.

SAMPAIO, R. M. W. F. **Freinet: Evolução histórica e atualidades**. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1994.



- SAVATER, Fernando. **Ética para Meu Filho**. 5ª edição. Martins fontes, 2004.
- SCARPATO, MT **O Corpo Cria, Descobre e Dança com Laban e Freinet**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física/Unicamp, Campinas, 1999.
- Seminário Internacional de Representações Sociais**. Instituto de Psicologia – UnB. Brasília, julho de 2007 – apresentação de trabalho e exposição fotográfica.
- SOTER, S. **A educação somática e o ensino da dança**. In: *Lições de dança 1*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 1998.
- TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global: Limites e Desafios da Participação Cidadã**. SP: Cortez, 2001.
- ULHÔA, JOEL PIMENTEL. **O Professor e sua Prática**. *Educação e Filosofia*. Uberlândia: v. 12, n. 24, p. 187-203, jul./dez., 1998.
- UNB/FE. **Texto Orientador da Elaboração Colaborativa do Projeto Institucional**. 3º Curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância 1999-2000. Brasília: 2000.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. SP: Martins Fontes, 2003.